

## Alerta Legislação nº 8, de 20 a 25 fev 2017

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

## DESTAQUES

### Governo Federal

#### ■ **LEI Nº 13.416, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017**

Autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel-moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro.

| LEGISLAÇÃO FEDERAL                                      |  |
|---|--|
| <b>PUBLICAÇÃO<br/>DOU</b>                               | <b>SUPERIOR</b>  |
| <b>24/02/2017</b>                                       | <b><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 158, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br>Acrescenta § 14 ao art. 3º da <a href="#">Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990</a> , para dispor sobre o cálculo do valor adicionado de energia hidrelétrica para fins de repartição do produto da arrecadação do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços pertencente aos Municípios.<br><br><b><u>LEI Nº 13.416, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br>Autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel-moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro.   |
| <b>MINISTÉRIOS E<br/>OUTROS<br/>ÓRGÃOS DA<br/>UNIÃO</b> | <b>MARGINÁLIA FEDERAL</b>  |
| <b>Atos do<br/>Congresso<br/>Nacional (CN)</b>          | <b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2017</u></b><br>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da <a href="#">Resolução nº 1, de 2002-CN</a> , faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a> , com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a> , a <a href="#">Medida Provisória nº 752, de 24 de novembro de 2016</a> , publicada no Diário Oficial da União do dia 25 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria que especifica e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.<br>Congresso Nacional, 23 de fevereiro de 2017<br><b>Senador EUNÍCIO OLIVEIRA</b> |

|   |   |
|---|---|
|   | <p>Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>   |
| <p><b>Presidência da República (PR)</b></p> | <p><b>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)</b><br/> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> (...) <b>Art. 1º</b> Aprovar a alteração do perímetro original do território Comunidade Remanescente de Quilombo Mesquita, com a exclusão da área conhecida como "Jardim Edite", passando o território identificado e delimitado que possuía a área de 4.292,8259 ha (quatro mil, duzentos e noventa e dois hectares, oitenta e dois ares e cinquenta e nove centiares) e o perímetro de 26.609,39 m (vinte e seis mil, seiscentos e nove metros e trinta e nove centímetros), a ter uma área de 4.151,3707 ha (quatro mil, cento e cinquenta e um hectares, trinta e sete ares e sete centiares) e o perímetro de 29.699,32 m (vinte e nove mil, seiscentos e noventa e nove metros e trinta e dois centímetros), passando ainda, a área conhecida como Jardim Edite, a qual não faz mais parte do território a ser regularizado, a constar apenas como confrontante<br/> (...)</p>   |
| <p><b>Ministério da Educação</b></p>        | <p><b>SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES)</b><br/> <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em direito ofertados por Instituições de Educação Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, na modalidade presencial.</p>   |
| <p><b>Ministério da Fazenda (MF)</b></p>    | <p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b><br/> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 24, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016</u></b><br/> Dispõe sobre submassas nos planos de benefícios operados pelas entidades fechadas de previdência complementar.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)</b><br/> – Secretaria Executiva<br/> <b><u>CONVÊNIO ICMS 13, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS nas doações de medicamentos destinados a órgão da Administração Pública do Município de São Paulo.</p> <p><b>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)</b><br/> <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.690, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2017, ano-calendário de 2016, pela pessoa física residente no Brasil.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA NO- 1.689, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, que dispõe sobre o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira e à classificação de</p> |

|  |  |
|--|--|
|  | serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.   |
| <b>Ministério da Integração Nacional (MI)</b>    | <p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b><br/> <b><u>PORTARIA Nº 79, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles do Ministério da Integração Nacional.</p>   |
| <b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b> | <p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b><br/> <b><u>PORTARIA Nº 182, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Institui o Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP.</p>   |
| <b>Ministério da Saúde (MS)</b>                  | <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b><br/> – Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários<br/> <b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 482, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> (...)<br/> <b>Art. 1º</b> Determinar, como medida acauteladora, a suspensão de todas as propagandas e publicidades que atribuam propriedades terapêuticas, de saúde ou funcionais não autorizadas aos alimentos comercializados pela empresa DANIELE NAPOLEAO MACHADO 22944693808 (CNPJ 23.665.438/0001-94), nome fantasia NUTRIVIDA - SAÚDE, BELEZA E BEM-ESTAR, sito à Avenida Santa Barbara do Rio Pardo, 743, Loja 3 - Jardim Nova Europa, Campinas/SP, especificamente no site <a href="http://www.nutrividabrasil.com.br/">http://www.nutrividabrasil.com.br/</a>.<br/> (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 481, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> (...)<br/> <b>Art. 1º.</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote M22926 (Val. 06/2018) do medicamento CLOREXIDINA (Gliconato de Clorexidina), solução tópica a 1 %, fabricado por Vic Pharma Indústria e Comércio LTDA (CNPJ 39.032.974/0001-92).<br/> (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº480, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> (...)<br/> <b>Art. 1º</b> Proibir a distribuição e comercialização, em todo o território nacional, de todo lote 823, data de validade 01/01/2018, do produto Suplemento Proteico para Atletas - sabor chocolate - 100% PURE WHEY PROBIÓTICA, fabricado pela empresa Probiótica Laboratórios Ltda, CNPJ 56.307.911/0001-10, situado na Av. João Paulo I, 1795 ,Jd. Santa Barbara, Embu das Artes/SP.<br/> (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 479, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> (...)<br/> <b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico da Nutrigold do Brasil Suplementos Alimentícios Ltda Epp (CNPJ: 06.069.349/0001-66):</p> |

(...)

#### **RESOLUÇÃO-RE Nº 478, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto HIPOCLORITO DE SÓDIO, conteúdo 1L e 5L, fabricado por empresa desconhecida, rotulado com o CNPJ 06.366.622/0001-50 e AFE n.º 3.03.099-5, ambos inválidos.

(...)

#### **RESOLUÇÃO-RE Nº 467, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida acauteladora, a suspensão de todas as propagandas e publicidades que atribuam propriedades terapêuticas, de saúde ou funcionais não autorizadas para o produto Phospho 2-AEP imune system marca New Life sítio eletrônico: [https:// www. facebook. com/ search/ top/? q= new% 20life% 20brasil%20consultore](https://www.facebook.com/search/top?q=new%20life%20brasil%20consultore).

(...)

#### **RESOLUÇÃO-RE Nº 466, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida acauteladora, a suspensão de todas as propagandas e publicidades que atribuam propriedades terapêuticas, de saúde ou funcionais não autorizadas para o produto Fosfoetanolamina Phospho Ethanolamine marca Quality Medical Line Laboratório Frederico Diaz especificamente no sítio eletrônico [https:// www. facebook. com/ qualitymedicalline/? fref= ts#!/ qualityme dicalline/](https://www.facebook.com/qualitymedicalline/?fref=ts#!/qualitymedicalline/).

(...)

#### **RESOLUÇÃO-RE Nº 465, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 615 (Val 11/2017) do medicamento genérico PARACETAMOL 200 MG/ML solução oral gotas 15 mL, fabricado por Green Pharma Química e Farmacêutica Ltda (CNPJ: 33.408.105/0001-33).

(...)

#### **RESOLUÇÃO-RE Nº 464, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º.** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 8417A (Validade 03/2018) do medicamento TYLEMAX (Paracetamol), solução oral, 200 mg/ml, fabricado por Natulab Laboratório S/A (CNPJ: 02.456.955/0001-83).

#### **RESOLUÇÃO-RE Nº 459, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos M.TENSSE, PROESBELT, EMAGRECER, SHAMPOO NAYARA e CONDICIONADOR NAYARA, fabricados pela empresa Lucimar Gonçalves Rodrigues (CNPJ 20703147/0001-55), localizada na Rua Waldemar Cialdino da Silva, 229 - Nova Cidade - Ipanema - MG, CEP 36950-000.

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 458, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote MB 028 do cosmético MADAME LIS - PASSO 2, da marca MADAME LIS COSMÉTICOS, fabricado por J.W. Indústria e Comércio Cosméticos Ltda. (CNPJ: 05.467.152/0001-12).

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 457, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, da distribuição e comercialização, do uso e da divulgação do produto "SISTEMA ESSURE", Registro ANVISA nº 80274190001, objeto do processo de registro nº 25351.350321/2007-88, importado e registrado no Brasil pela empresa COMERCIAL COMMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ: 02.643.718/0001-21.

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 456, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto QUESTRANE, fabricado pela empresa IBM Comércio e Distribuição de Medicamentos Naturais Ltda (CNPJ: 03.232.166/0001-21).

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 455, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, a apreensão e inutilização, em todo o território nacional, do produto MARROQUINA DE ARGAN, marca: BIO COSMETIC, em cuja embalagem consta o nome Elza FB Ind. e Com. de Cosméticos Ltda., o endereço Rua reisde Abreu, 540, Taguatinga, Brasília - DF (inexistente), além de constar indevidamente o CNPJ 22.043.780/0001-90 e os dados do responsável técnico Hermes da Fonseca.

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 454, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Proibir a distribuição e comercialização, em todo território nacional, do lote L. 11 07:35 do produto EXTRATO DE TOMATE da marca QUERO, produzido por Heinz Brasil S.A (CNPJ 50.955.707/0004-72), localizada na Rodovia GO 080 Km 26, Nerópolis -GO.

(...)

**SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)**

**PORTARIA Nº 365, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017**

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Anemia na Doença Renal Crônica.

**PORTARIA Nº 353, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017(\*)**

Aprova as Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal.

(\*) Republicada por ter saído no DOU nº 36, de 20-2-2017, Seção 1, página 37, com

|  |   |
|--|---|
|  | <p><i>incorreção no original.</i></p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA (SESAI)</b><br/> <b><u>PORTARIA Nº 22, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Institui Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde, com a finalidade de elaborar proposta de alteração da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI.</p>  |
| <p><b>Ministério das Cidades (MCidades)</b></p>  | <p><b>CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CCFDS)</b><br/> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 214, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u></b><br/> Aprova o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV E.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 213, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u></b><br/> Propõe a reavaliação da política de investimentos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 212, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u></b><br/> Institui novo Plano de Metas e Diretrizes Gerais de aplicação dos recursos alocados junto ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para execução do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, relativo ao Exercício de 2017</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)</b><br/> <b><u>DELIBERAÇÃO Nº 160, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Alterar a Resolução CONTRAN nº 638, de 30 de novembro de 2016, que dispõe sobre as formas de aplicação da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito, conforme previsto no caput do art. 320 da <a href="#">Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997</a>, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.</p> |
| <p><b>Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH)</b></p> | <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS</b><br/> <b><u>PORTARIA Nº 61, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Dispõe sobre o credenciamento do organismo estrangeiro "<i>CENTRO INTERNAZIONALE PER L'INFANZIA E LA FAMIGLIA</i> (CIFA ONLUS)" para atuar em matéria de adoção internacional no Brasil.</p>   |
| <p><b>Ministério de Minas e Energia (MME)</b></p>  | <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)</b><br/> <b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 761, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Aprova os Submódulos 2.1A, 2.2A, 2.5A, 2.7A, 3.1A, 3.2A, 3.3A, 3.4A, 4.2A, 4.4A, 7.1 e 7.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamentam o cálculo do Reajuste Tarifário Anual e da Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos do <a href="#">Decreto nº 8.461/15</a>, ou que assinarem o termo aditivo ao contrato de concessão, em consonância com o Despacho nº 2.194/2016.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 760, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Aprova a versão 1.4 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias.</p>  |

|   |   |
|---|---|
|   | <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 669, DE 17 DE FEVEREIRO 2017</u></b><br/>Estabelece a implementação a política nacional do petróleo, gás natural e biocombustíveis</p>  |
| <b>Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b> | <p><b>SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL (SOF)</b><br/><b><u>PORTARIA Nº 9, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/>Divulga os prazos para as atividades do processo orçamentário federal no exercício de 2017, e dá outras providências.</p>   |
| <b>Ministério do Trabalho</b>                               | <p><b>CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg)</b><br/><b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 125, 14 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/>Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço.</p>   |
| <b>Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil</b>   | <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT)</b><br/><b><u>RESOLUÇÃO Nº 5.299, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/>Autoriza o reajuste do coeficiente tarifário dos serviços de transporte rodoviário semiurbano interestadual e internacional de passageiros</p> <p><b>SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC)</b><br/>→ Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)<br/><b><u>RESOLUÇÃO Nº 410, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/>(...)<br/><b>Art. 1º</b> Aprovar a Emenda nº 01 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 108 (RBAC nº 108), intitulado "Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita - Operador Aéreo<br/>(...)</p> |
| <b>Publicação DOE-SP</b>                                    | <b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>  |
| <b>PUBLICAÇÃO DOE</b>                                       | <b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>  |
| <b>24/02/2017</b>   | <p><b><u>DECRETO Nº 62.486, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/><b>Retificação do D.O. de 22-2-2017</b><br/>No anexo II leia-se como segue e não como constou:<br/>ANEXO II<br/>a que se refere o artigo 2º do Decreto nº 62.486, de 21 de fevereiro de 2017<br/>(...)</p> <p><b><u>DECRETO Nº 62.492, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/>Institui, junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, o Comitê Gestor Estadual do Programa Criança Feliz e dá providências correlatas</p>  |

|  |  |
|--|--|
|  | <p><b><u>DECRETO Nº 62.491, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Concede isenção do ICMS nas doações de medicamentos destinados a órgão da Administração Pública do Município de São Paulo</p>  |
| 22/02/2017                                   | <p><b><u>LEI Nº 16.386, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> (Projeto de lei nº 36/2009, do Deputado Ed Thomas – PSB)<br/> Institui a “Semana de Mobilização Estadual para Doação de Medula Óssea”</p> <p><b><u>LEI Nº 16.385, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> (Projeto de lei nº 273/2006, do Deputado Carlos Neder – PT)<br/> Institui a “Semana Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento” e dá outras providências</p> <p><b><u>DECRETO Nº 62.486, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 62.473, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br/> Altera o <a href="#">Decreto nº 61.038, de 1º de janeiro de 2015</a>, que organiza a Casa Civil, do Gabinete do Governador, e dá providências correlatas</p> |
| <b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b> | <b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>   |
| <b>Agricultura e Abastecimento (SAA)</b>     | <p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b><br/> <b><u>RESOLUÇÃO SAA-10, DE 20-2-2017</u></b><br/> Delimita e oficializa todo o território do Estado de São Paulo como área sob Sistema de Mitigação de Risco, relativo à praga do cancro cítrico, <i>Xanthomonas citri</i> subsp. <i>citri</i> e institui procedimentos fitossanitários</p> <p>→ <b>Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP)</b><br/> <b><u>DELIBERAÇÃO CO-1, DE 22-02-2017</u></b><br/> Aprova o Projeto Custeio Emergencial para a Cafeicultura e Olericultura do Alto Pardo Paulista</p> <p><b>AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA)</b><br/> → <b>Instituto Biológico (IB)</b><br/> <b><u>PORTARIA IB-4, DE 20-2-2017</u></b><br/> Dispõe critérios, diretrizes e procedimentos para o uso de dependências do Instituto Biológico</p>                            |
| <b>Casa Civil (CC)</b>                       | <p><b>SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO</b><br/> <b><u>PORTARIA SUBSECOM-1, DE 22-2-2017</u></b><br/> Dispõe sobre o levantamento de informações gerenciais sobre todos os sítios eletrônicos do Governo do Estado de São Paulo</p>   |

|   |  |
|---|--|
| <p><b>Fazenda (SF)</b></p>                    | <p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b><br/> <b><u>RESOLUÇÃO SF/APE 515 DE 17-2-2017 (REPUBLICADO)</u></b><br/> O Secretário da Fazenda aprova os índices e observações do Comunicado 639 da Assessoria de Política Econômica de 17-02-2017, que fazem parte integrante desta Resolução.<br/> <i>(Republicado por conter incorreção)</i></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SF/APE 514 DE 17-2-2017</u></b><br/> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no <a href="#">Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03</a> e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SF 12, DE 22-02-2017</u></b><br/> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida de dezembro de 2016</p> <p><b>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)</b><br/> <b><u>COMUNICADO CAF-G 00003, DE 20-02-2017</u></b><br/> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de janeiro de 2017.</p> |
| <p><b>Saúde (SS)</b></p>                      | <p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b><br/> <b><u>RESOLUÇÃO SS - 4, DE 21-2-2017</u></b><br/> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º da <a href="#">Lei Complementar nº 846, de 04.06.1998</a>(*), e dá providencias correlatas.<br/> <i>(*) Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.</i></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS - 3, DE 21-2-2017</u></b><br/> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º, da <a href="#">Lei Complementar nº 846, de 04.06.1998</a>(*) e dá providencias correlatas.<br/> <i>(*) Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.</i></p>  |
| <p><b>Segurança Pública (SSP)</b></p>         | <p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b><br/> <b><u>RESOLUÇÃO SSP-34, DE 23-2-2017</u></b><br/> Prot.1762/17<br/> Fixa o valor a ser pago a quem fornecer informações válidas que levem à captura de Flávio do Nascimento Graça, vulgo "Maníaco da Peruca"</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SSP/SJDC -1, DE 7-2-2017 (REPUBLICAÇÃO*)</u></b><br/> Prot. 4178/16<br/> Altera dispositivo da Resolução Conjunta SJDC/SSP-01, de 01-10-2009, que disciplinou transporte, condução e execução de escolta armada para deslocamento externo de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas de internação, bem como transporte e escolta determinados pelo Juízo da Infância e da Juventude<br/> * Republicada na íntegra por ter saído com incorreções</p>   |
| <p><b>Universidade de São Paulo (USP)</b></p> | <p><b>REITORIA</b><br/> ↳ Gabinete do Reitor (GR)</p>  |

|  |   |
|--|---|
|  | <p><b><u>RESOLUÇÃO USP-7.308, DE 22-2-2017</u></b><br/> Regulamenta a celebração de convênio da USP com agentes externos de integração conveniados com o Estado de São Paulo para fins de acesso de seus alunos às vagas de estágio ofertadas pelos entes da Administração Pública paulista</p>   |
| <p><b>Publicação<br/>DOE -<br/>Legislativo</b></p> | <p><b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b></p>   |
| <p><b>25/02/2017</b></p>                           | <p><b>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR</b><br/> <b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 634, DE 2016</u></b><br/> (...) Oriunda desse Parlamento, a proposta dispõe sobre medição de consumo de água em edifícios ou condomínios, para assegurar, ao consumidor de água fornecida por sistemas públicos de saneamento básico, a possibilidade de medição individualizada do respectivo consumo.<br/> (...) <a href="#">DOE, Legislativo, 25/02/2017, p. 10</a></p> <p><b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 420, DE 2016</u></b><br/> (...) De origem parlamentar, a propositura torna obrigatória a disponibilização, por promotores de eventos esportivos, shows e entretenimentos culturais direcionados para o público em geral, de bebidas industrializadas dietéticas para serem consumidas pelo público presente, observado o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) das bebidas ofertadas.<br/> (...) <a href="#">DOE, Legislativo, 25/02/2017, p. 10</a></p> <p><b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 993, DE 2015</u></b><br/> (...) De iniciativa parlamentar, a proposição veda a utilização de equipamentos de som automotivo e equipamento sonoro de qualquer natureza, em qualquer tipo de veículo automotor, estacionado nas vias públicas ou privadas, nos demais logradouros do Município ou nos espaços privados de livre acesso ao público, tais como postos de combustíveis e estacionamentos, com emissão de sons ou ruídos em excesso, que possam perturbar o sossego público, independentemente do nível de intensidade sonora, em especial no horário noturno (artigo 1º).<br/> (...) <a href="#">DOE, Legislativo, 25/02/2017, p. 9</a></p> <p><b>PROJETOS DE LEI</b><br/> PROJETO DE LEI Nº 67, DE 2017<br/> Classifica o município de Arandu como município de interesse turístico.<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 25/02/2017, p. 10</a></p> <p>PROJETO DE LEI Nº 66, DE 2017<br/> Classifica como de interesse turístico o Município de Mogi das Cruzes<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 25/02/2017, p. 10</a></p> |

24/02/2017

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 62, DE 2017**

Classifica Cosmópolis como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 24/02/2017, p. 10](#)

**PROJETO DE LEI Nº 61, DE 2017**

Torna obrigatória a cobrança por pizzarias, restaurantes, lanchonetes, produtores de pizzas e afins da pizza mista pelo valor da média aritmética dos sabores.

[DOE, Legislativo, 24/02/2017, p. 10](#)

**PROJETO DE LEI Nº 59, DE 2017**

Dispõe sobre a proibição da propaganda e publicidade de bebidas alcoólicas no Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 24/02/2017, p. 10](#)

**PROJETO DE LEI Nº 58, DE 2017**

Dispõe sobre a classificação das unidades usuárias do serviço público de água quando uma mesma ligação for utilizada para mais de uma atividade, e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 24/02/2017, p. 9](#)

**TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)**

**COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL**

COMUNICADO SDG nº 07/2017

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

torna público o CALENDÁRIO DO CICLO DE DEBATES COM AGENTES POLÍTICOS E DIRIGENTES MUNICIPAIS, que será realizado ao longo do ano de 2017.

Serão 11 (onze) eventos, abrangendo 644 municípios do Estado, que terão como objetivo a orientação sobre o Planejamento, o Controle Interno e a Transparência, além da divulgação sobre os novos procedimentos de fiscalização.

A participação de interessados é gratuita e independe de prévia inscrição, lembrando que Prefeitos, Presidentes de Câmaras e demais agentes públicos terão a oportunidade de verem esclarecidos pontos de interesse para a correta prestação de contas a que estão sujeitos. Além deste COMUNICADO, convites serão expedidos pela E. Presidência.

SDG, 23 de fevereiro de 2017.

**SÉRGIO CIQUERA ROSSI**

SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

[DOE, Legislativo, 24/02/2017, p. 22](#)

23/02/2017

**TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)**

**COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL**

**COMUNICADO SDG Nº 06/2017**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ALERTA sobre os riscos assumidos por Prefeituras Municipais quando da edição de decretos, sob o argumento de calamidade financeira, para suspender temporariamente pagamentos de despesas do exercício de 2016 e anteriores.

A utilização desses instrumentos não encontra amparo no artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal e viola inúmeras regras do direito financeiro dentre outras, a quitação de Restos a Pagar e a ordem cronológica de pagamentos, o que poderá trazer implicações no exame de contas anuais.

|                          |  |
|--------------------------|--|
|                          | <p>SDG, 22 de fevereiro de 2017.<br/> <b>SÉRGIO CIQUERA ROSSI</b><br/> SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 23/02/2017, p. 18</a></p>   |
| <p><b>22/02/2017</b></p> | <p><b>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR</b></p> <p><b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2016</u></b><br/> São Paulo, 21 de fevereiro de 2017<br/> Mensagem A-nº 46/2017<br/> (...)<br/> De iniciativa parlamentar, a propositura institui “a criação e a implantação do Cadastro Estadual de Sangue”, que deverá englobar, em sua base de dados, todos os sangues coletados em hemocentros e bancos de sangue dos Hospitais do Estado de São Paulo, para controle e distribuição.” (Artigo 1º).<br/> (...)<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 22/02/2017, p. 11</a></p> <p><b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1185, DE 2015</u></b><br/> São Paulo, 21 de fevereiro de 2017<br/> Mensagem A-nº 45/2017<br/> (...)<br/> De origem parlamentar, o projeto dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas cujos serviços demandem presença de funcionários nas residências dos consumidores enviarem ao contratante prévia comunicação a respeito da realização dos mesmos.<br/> (...)<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 22/02/2017, p. 11</a></p> <p><b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1282, DE 2015</u></b><br/> São Paulo, 21 de fevereiro de 2017<br/> Mensagem A-nº 43/2017<br/> (...)<br/> De origem parlamentar, a propositura dispõe sobre a obrigatoriedade de passe livre para as ambulâncias de hospitais, clínicas, empresas médicas e similares do Estado.<br/> (...)<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 22/02/2017, p. 10</a></p> <p><b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 675, DE 2015</u></b><br/> São Paulo, 21 de fevereiro de 2017<br/> Mensagem A-nº 42/2017<br/> (...)<br/> A propositura pretende reservar o uso das denominações “cartório” e “cartório extrajudicial” exclusivamente a quem exerça serviços notariais e de registro, nos termos da <a href="#">Lei federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994</a>.<br/> (...)<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 22/02/2017, p. 10</a></p> <p><b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 247, DE 2015</u></b><br/> São Paulo, 21 de fevereiro de 2017<br/> Mensagem A-nº 41/2017<br/> (...)<br/> Em linhas gerais, a proposição objetiva proibir o abastecimento de tanques veiculares após o desarme do sistema automático das bombas de combustível.</p> |

|                          |  |
|--------------------------|--|
|                          | <p>(...)<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 22/02/2017, p. 10</a></p> <p><b>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 36, DE 2009</b><br/> São Paulo, 21 de fevereiro de 2017.<br/> Mensagem A-nº 40/2017<br/> (...)<br/> De origem parlamentar, o projeto institui a “Semana de Mobilização Estadual para Doação de Medula Óssea”, a ser realizada, anualmente, de 14 a 21 de dezembro (artigos 1º e 2º, caput) e prevê ações a serem praticadas por órgãos públicos e entidades privadas estabelecidas no Estado.<br/> (...)<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 22/02/2017, p. 10</a></p> <p><b>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 273, DE 2006</b><br/> São Paulo, 21 de fevereiro de 2017<br/> Mensagem A-nº 39/2017<br/> (...)<br/> De iniciativa parlamentar, a proposição institui a “Semana Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento”, a ser comemorada, anualmente, na terceira semana de outubro.<br/> (...)<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 22/02/2017, p. 10</a></p> <p><b>PROJETOS DE LEI</b><br/> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 57, DE 2017</u></b><br/> (...)<br/> Altera a <a href="#">Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989</a>, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.<br/> (...)<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 22/02/2017, p. 12</a></p> |
| <p><b>21/02/2017</b></p> | <p><b>PROJETOS DE LEI</b><br/> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 54, DE 2017</u></b><br/> Classifica Itápolis como Município de Interesse Turístico.<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 21/02/2017, p. 12</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 53, DE 2017</u></b><br/> Dispõe sobre a proibição de cobrança de taxas de adesão, mensalidades ou similares, pela utilização de dispositivos eletrônicos - TAGs, para pagamento de tarifas de pedágio, nas rodovias do Estado de São Paulo<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 21/02/2017, p. 11</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 52, DE 2017</u></b><br/> Dispõe sobre a proibição do funcionamento dos cursos de graduação da área de saúde, de nível superior, que respondem ao Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, na modalidade ensino à distância (EAD), na sua totalidade.<br/> <a href="#">DOE, Legislativo, 21/02/2017, p. 11</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 51, DE 2017</u></b><br/> Dispõe sobre a reprodução, criação, venda, compra e doação de animais de estimação em estabelecimentos comerciais e outros no</p>   |

|                               |   |
|-------------------------------|---|
|                               | Estado de São Paulo, e dá outras providências.<br><a href="#">DOE, Legislativo, 21/02/2017, p. 10</a>   |
|                               | <b>SUPLEMENTO</b><br><b><u>RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL EM 2016</u></b>   |
| <b>Publicação DO - Cidade</b> | <b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>   |
| <b>21/02/2017</b>             | <b><u>LEI Nº 16.612, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017</u></b><br>(PROJETO DE LEI Nº 56/05, DOS VEREADORES ADILSON AMADEU – PTB, ANDRÉ SANTOS – PRB, AURÉLIO NOMURA – PSDB, CAIO MIRANDA CARNEIRO – PSB, CAMILO CRISTÓFARO – PSB, DALTON SILVANO – DEMOCRATAS, DAVID SOARES – DEMOCRATAS, EDIR SALES – PSD, FÁBIO RIVA – PSDB, FERNANDO HOLIDAY – DEMOCRATAS, GEORGE HATO – PMDB, GILBERTO NASCIMENTO – PSC, GILSON BARRETO – PSDB, ISAC FELIX – PR, OTA – PSB, PAULO FRANGE – PTB, QUITO FORMIGA – PSDB, RICARDO NUNES – PMDB, RINALDI DIGILIO – PRB, RODRIGO GOMES – PHS, RODRIGO GOULART – PSD, RUTE COSTA – PSD, SANDRA TADEU – DEMOCRATAS, TONINHO PAIVA – PR E ZÉ TURIN – PHS)<br>Dispõe sobre o Programa de Combate a Pichações no Município de São Paulo, dá nova redação ao inciso I do art. 169 da <a href="#">Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002</a> , e revoga a <a href="#">Lei nº 14.451, de 22 de junho de 2007</a> . |

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

#### **Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa  
[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Maria Auxiliadora Evangelista  
[mevangelista@sp.gov.br](mailto:mevangelista@sp.gov.br)

Mauro Sérgio Nascimento da Silva  
[maurosilva@sp.gov.br](mailto:maurosilva@sp.gov.br)

**Secretaria de Governo do Estado de São Paulo**

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

Biblioteca

**Cancelamento:**

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para [ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br) ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107